CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino cita elo com PCC em investigação sobre desvio de emendas no caso ‘Dark Horse’

Fonte original: CartaCapital. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	CartaCapital (cartacapital.com.br)
Autor	Wendal Carmo
Data de publicação	10/09/2026 14:00
URL original	https://www.cartacapital.com.br/justica/dino-cita-elo-com-pcc-em-investigacao-sobre-desvio-de-emendas-no-caso-dark-horse/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal
Data da coleta	29/09/2026 10:03
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 21:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Um dos pontos destacados é a movimentação financeira entre a Complexsys, o ICB, a entidade ANC e o deputado federal Mário Frias (PL-SP), um dos alvos da corporação nesta quinta-feira.
• Os investigadores apontam que a Complexsys, contratada pelo ICB para executar projetos financiados com recursos públicos, recebeu transferências diretamente do parlamentar e também fez repasses de volta ao instituto.
• A investigação descreve ainda transferências da Complexsys para a ANC, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / CartaCapital

RESUMO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, afirmou haver indícios de que as investigações sobre o financiamento do filme Dark Horse, que retrata a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e contratos de empresas ligadas ao caso fazem parte de um "só sistema delitivo", alimentado sobretudo por emendas parlamentares. A menção ao PCC aparece no contexto da investigação sobre Alex Leandro Bispo dos Santos, apontado pela polícia como um integrante relevante da facção em São Paulo.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, afirmou haver indícios de que as investigações sobre o financiamento do filme Dark Horse, que retrata a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e contratos de empresas ligadas ao caso fazem parte de um "só sistema delitivo", alimentado sobretudo por emendas parlamentares. Na decisão que determinou a transferência de um inquérito da Polícia Civil de São Paulo para o STF, Dino também mencionou "atos interligados até com a facção criminosa PCC". Essa referência ao Primeiro Comando da Capital aparece no trecho em que o ministro analisa a necessidade de reunir, sob a supervisão do tribunal, investigações que estavam em diferentes instâncias. Para o magistrado, a possível participação de um deputado federal e a existência de conexões entre os fatos justificam a atuação da Polícia Federal e a concentração da apuração na Corte. "Friso que há indícios de que se cuida de um só sistema delitivo, alimentado inclusive por emendas parlamentares federais, além da menção a atos interligados até com a facção criminosa PCC, o que pode significar uma dimensão interestadual", escreveu Dino ao autorizar a Operação Make Up, que cumpriu 49 mandados de busca e apreensão. A menção ao PCC aparece no contexto da investigação sobre Alex Leandro Bispo dos Santos, apontado pela polícia como um integrante relevante da facção em São Paulo. Ele foi sócio da Urban Connect Serviços e Tecnologia, empresa que recebeu mais de 1,2 milhão de reais do Instituto Conhecer Brasil, ligado à empresária Karina Gama, proprietária da produtora responsável pela cinebiografia de Bolsonaro. A Urban Connect recebeu 611,1 mil do ICB em fevereiro de 2025 e outros 666,7 mil em abril daquele ano. Segundo os elementos descritos na decisão, assinada em 3 de setembro, parte dos recursos foi posteriormente transferida para a empresa Ultra IP Tecnologia, que teria repassado valores a outras empresas e entidades ligadas ao núcleo investigado. Alex era sócio único da empresa

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

desde sua criação, em agosto de 2020. Em janeiro passado, transferiu as cotas para sua companheira, Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes. Um mês depois, segundo a decisão, ele foi preso sob acusação de feminicídio, mas deixou a prisão em agosto. A investigação, porém, vai além da relação entre Alex e o ICB. Na representação que embasou a operação, a PF afirma haver indícios de uma estrutura única destinada a captar, distribuir e ocultar recursos públicos, envolvendo empresas, entidades e agentes públicos. Um dos pontos destacados é a movimentação financeira entre a Complexsys, o ICB, a entidade ANC e o deputado federal Mário Frias (PL-SP), um dos alvos da corporação nesta quinta-feira. Os investigadores apontam que a Complexsys, contratada pelo ICB para executar projetos financiados com recursos públicos, recebeu transferências diretamente do parlamentar e também fez repasses de volta ao instituto. A investigação descreve ainda transferências da Complexsys para a ANC, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. A circulação de dinheiro entre o parlamentar, a entidade responsável pela execução, empresas contratadas e organizações beneficiárias seria incompatível com relações comerciais independentes e economicamente justificadas, destacou a PF, que classificou esse fluxo como um “circuito financeiro fechado”. Em relação a Frias, a corporação pontua afirma que o deputado realizou transferências para a Go Up em valores considerados incompatíveis com sua renda declarada e com os créditos identificados em suas contas. Para os investigadores, isso faria com que o parlamentar deixasse de ser visto apenas como o autor de emendas que posteriormente teriam sido desviadas por terceiros. O ex-secretário especial de Cultura sob Bolsonaro é descrito pela PF como o “agente central” de uma organização que teria como finalidade captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas. As defesas de Frias e de Karina Gama, da Go Up, ainda não se pronunciaram sobre a operação desta quinta. O espaço segue aberto.

Dark Horse | Go Up Entertainment | ICB | Karina Gama | Operação Make Up | STF | flávio bolsonaro | mário frias | pcc

Fonte original: https://www.cartacapital.com.br/justica/dino-cita-elo-com-pcc-em-investigacao-sobre-desvio-de-emendas-no-caso-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 10:03 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.